



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Reforma tributária

O principal projeto para o País, votado na Câmara, na opinião do deputado federal gaúcho Bohn Gass (PT, foto), foi a reforma tributária, que é o que importa para o Brasil. “Isso foi uma boa sinalização. A nossa luta permanente na retomada dos projetos para o Minha Casa, Minha Vida, os empregos, o reajuste do salário mínimo, a igualdade do salário mínimo entre homens e mulheres, o financiamento que nós estamos alocando para resolver a indústria nacional”.



CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Baixar juros

Para o parlamentar gaúcho, “baixar os juros do Banco Central é uma luta de todos nós; do Lula, do Haddad, é o que conta. Isso fez com que a economia crescesse mais do que havia a expectativa dos economistas”.

Folha dos assalariados

Bohn Gass afirmou, “nós tivemos um crescimento da folha dos assalariados com carteira assinada, nós tivemos a percepção salarial também aumentada. Isso é um grande resultado do governo do presidente Lula, independente da força de alguns setores aqui na Câmara dos Deputados, que tentam votar pautas de costumes, que tentam fazer polêmica sobre fatos que são somente para fazerem demarcação política ou lacrar, como dizem nas redes sociais”.

Pena pelo aborto

Para o deputado Bohn Gass, “a votação que foi feita aqui, não foi sobre o aborto. A votação é tornar assassina, uma criança estuprada, que nesse caso é aborto legal autorizado, onde a pena da menina que foi estuprada é maior que a do estupro. Isso foi rejeitado pela sociedade. Criança não é mãe, e estupro não é pai. É esse o debate que nós temos que fazer. É uma hipocrisia a gente fazer um discurso defendendo a vida, assassinando uma criança, dando uma pena maior para ela. Esse projeto não pode passar na Câmara”.

Jogos de azar

O projeto de lei que autoriza o funcionamento de cassinos e bingos no Brasil, legaliza o jogo do bicho e permite apostas em corridas de cavalos, foi aprovado pela Comissão de Justiça e Cidadania do Senado, nesta quarta-feira. O texto segue agora para votação no plenário.

Precisa de um regramento

“Os jogos de azar existem hoje”, enfatizou o deputado Bohn Gass. Ele acrescentou: “em torno deles tem muita lavagem de dinheiro, tem muita corrupção. No meu entender, eles precisam ter um regramento que permita que se diminua esse processo de lavagem de dinheiro, que haja um tratamento contra o jogo contumaz”. O deputado defende que “o Estado regule, evite prejuízos à sociedade e que com isso, tenha recursos para dar qualidade de vida, outras opções para as pessoas”.

Análise mais profunda de projetos

Na opinião de Bohn Gass, “com a situação infeliz que houve da força de pena ser maior para a mulher que pratica o estupro, do que para o estupro, haverá uma análise mais profunda antes de tramitar projetos que são só para demarcar espaço político, ou criar um ambiente desses conceitos”.

Marcha dos prefeitos do RS mobiliza mais de 200 cidades

Gestores municipais vão pressionar governo e Congresso por recursos

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

Mais de 200 prefeitos gaúchos devem marchar a Brasília para pressionar Poderes como União e Congresso Nacional por socorro aos municípios do Rio Grande do Sul, que foram atingidos direta ou indiretamente pelas enchentes de maio. A Marcha dos prefeitos gaúchos deve ocorrer nos dias 2 e 3 de julho, organizada pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), em parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

“Por mais que estejamos aqui com o governo federal, representado pelo ministro Paulo Pimenta (Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS), que tem se colocado à disposição, tem nos ajudado, ouvido, trazidos soluções, estamos organizando esse movimento, liderados pela CNM, para os prefeitos irem à Brasília para sensibilizar o Congresso Nacional e a União”, explicou o presidente da Famurs e prefeito de Barra do Rio Azul, Marcelo Arruda (PRD).

Ele explica que municípios podem ser impactados em mais de 25% do seu orçamento com a queda de arrecadação de ICMS prevista pelo governo do Estado.



GUSTAVO GHISLENI/AFP/JC

Famurs busca recomposição de receitas de municípios atingidos

“Se não tivermos a complementação dessa perda do ICMS, que está estimada em R\$ 11 bilhões para o governo do Estado, dos quais R\$ 3 bilhões são dos municípios, o que representa mais de 25% do orçamento das cidades, nós entraremos em colapso e os danos para a sociedade gaúcha vão ser muito maiores”, afirmou o prefeito.

“Precisamos desse socorro. O Estado contribui com R\$ 108 bilhões por ano e só R\$ 60 bilhões voltam. Sabemos que dentro do sistema da Federação, temos que fazer nossa contribuição, ajudar o todo, mas neste momento o RS e os municípios estão precisando da União, do Congresso Nacional, para ter esse socorro e depois voltar com a nossa contribuição que ajuda todo o

País”, continuou.

Arruda relata que há mais de 100 projetos em tramitação no Parlamento brasileiro que poderiam beneficiar as cidades do Rio Grande do Sul. Os prefeitos presentes deverão tratar sobre essas pautas com deputados e senadores no Congresso Nacional.

O prefeito esteve reunido nesta quarta-feira (19) com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o gaúcho e ex-prefeito de Mariana Pimentel, Paulo Ziulkoski, para alinhar a organização da marcha.

Já com mais de 200 prefeitos inscritos, o objetivo de Arruda é atingir o envolvimento de pelo menos 50% das cidades do Rio Grande do Sul, que tem 497 municípios.

CCJ do Senado aprova projeto que legaliza cassinos

/ CONGRESSO NACIONAL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 14 votos a 12, na quarta-feira, o projeto de lei que permite a instalação de cassinos em polos turísticos e legaliza o jogo do bicho no Brasil. O texto segue, agora, para análise no plenário da casa. Não há previsão de quando isso acontecerá.

O relator, senador Irajá (PSD-TO), argumenta que os jogos de azar já são uma realidade no Brasil e a regulamentação poderá significar mais dinheiro nos

cofres públicos e a possibilidade de investimentos privados com a construção de cassinos.

Na estimativa no senador, os jogos de azar movimentaram de R\$ 14 bilhões a R\$ 31 bilhões em 2023. Irajá estima que cerca de R\$ 40 bilhões podem entrar nos cofres públicos com a regulamentação das apostas e dos cassinos.

No caso dos cassinos, haverá liberação de uma licença para cada estado com até 15 milhões de habitantes, de duas licenças para estados com 15 milhões a 25 milhões de habitantes, e de três licenças para

os que tiverem mais de 25 milhões de habitantes. Quanto ao jogo do bicho, será concedida uma licença para cada 700 mil habitantes no estado. Para o bingo, o cálculo é a partir de cada 100 mil habitantes no município.

As licenças serão liberadas pelo Ministério da Fazenda. Os cassinos em embarcações precisarão ter ao menos 50 quartos, além de espaço para eventos, bares e restaurantes, por exemplo. O texto permite a concessão para cassinos em embarcações para até 10 estabelecimentos.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade